

Tripé da economia e políticas sociais, na conjuntura das “jornadas de junho” (2013-2014)

LUIZ GIANI*

Resumo: Mecanismo de propulsão do crescimento, o tripé ortodoxo, constituído por austeridade fiscal, câmbio flutuante e metas de inflação, não prioriza as necessidades dos trabalhadores. Ao contrário, prega o corte de gastos públicos, inclusive, os sociais. A aceleração do crescimento e a expansão das políticas sociais, no período de 2003-2010, sofrem rupturas, cedendo à desaceleração do crescimento e colocando em risco as políticas sociais. Entre análises e avaliações controvertidas, destaca-se a concepção de que o governo tenha cedido ao capital rentista e, assim, caído em uma armadilha, uma “camisa de 11 varas”. A taxa básica de juros (Selic) inicia um percurso de altas sucessivas, momento em que as vozes das ruas, igualmente, iniciam um movimento inusitado. Como uma sanguessuga, o capital rentista usurpa enorme parcela da riqueza que, de outra forma, seria canalizada para duplicar os recursos federais para saúde e educação reivindicados pelas “jornadas de junho” de 2013. Seja no ciclo de prosperidade, seja na desaceleração e recessão, os trabalhadores reivindicam a priorização das políticas sociais e distribuição da renda, a contragosto, especialmente, do capital e das classes médias que não necessitam dos programas sociais. A otimização das políticas sociais encerra outra contradição: quanto mais as promessas de felicidade são concretizadas, maior é a força da integração apaziguadora das sociedades avançadas que liberam o corpo e atacam o espírito.

Palavras-chave: Dominação financeira, Corte de gastos, Empobrecimento, Distribuição da renda, Emancipação.

Tripod of economy and social policies, on the conjunctions of “jornadas de junho” (2013-2014)

Abstract: Mechanism of growth propulsion, the orthodox tripod, constituted by fiscal austerity, floating exchange rate and inflation targets do not prioritize the necessity of the workers. On the contrary, they value public spending, including the social ones. The growth acceleration and the social policies expansion, in the period of 2003-2010, collapse, yielding to growth deceleration and jeopardizing social policies. Among the analysis and controversial evaluations, we highlight the conception that the government had yielded to rentable capital and, thus, fell into a trap. The basic interest rate starts a process of successive hikes, moment that the voices of the streets, equally, start an unusual moment. Like a leech, the rentable capital usurps great part of wealth that would be led to double the federal resources to health and education claimed by “jornadas de junho” in 2013. In prosperity cycle or in deceleration and recession, the workers demand prioritization of social policies and income distribution, going specially against capital and middle classes that do not need social programs. Optimization of social policies closes another contradiction: the more the promises of happiness are concretized, the bigger is the pacifier integration force of advanced societies which frees the body and attacks the spirit.

Key words: Financial domination; Cost-cutting; Impoverishment; Income distribution, Emancipation.



* **LUIZ ANTÔNIO AFONSO GIANI**, Mestre em Sociologia (Unicamp), Doutor em história (Unesp) e Pianista (UFRJ), é professor do Programa de Mestrado em Ciências Sociais (UEM).

Que é isto? Ouro? Ouro amarelo, brilhante, precioso? Não, deuses: eu não faço protestos vãos. Raízes quero, ó céus azuis! Um pouco disto tornaria o preto branco; o feio, belo; o injusto, justo; o vil, nobre; o velho, novo; o covarde, valente. Mas, oh, ó deuses! por que é isso? isto que é, deuses? Isto fará com que os vossos sacerdotes e os vossos servos se afastem de vós; isto fará arrancar o travesseiro de debaixo das cabeças dos homens fortes. Este escravo amarelo fará e desfará religiões; abençoará os réprobos; fará prestar culto à alvacenta lepra; assentará ladrões, dando-lhes título, genuflexões e aplauso, no mesmo banco em que se assentam os senadores; isto é que faz com que a inconsolável viúva contraia novas núpcias; e com que aquela, que as úlceras purulentas e os hospitais tornavam repugnante, fique outra vez perfumada e apetecível como um dia de abril. Anda cá, terra maldita, meretriz, comum a toda a espécie humana, que semeia a desigualdade na turba-malta das nações, vou devolver-te à tua verdadeira natureza.

Shakespeare¹



¹ Shakespeare, em *Tímon de Atenas*, citado por Marx, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, seção *Dinheiro* (MARX, s/d., s/p.).

Entre citações preciosas de Goethe e Shakespeare, sobre a subjugação do homem pela “meretriz universal”, o dinheiro e seu poder de inverter o mundo, Marx vai tecendo uma de suas obras primas, os *Manuscritos Econômico-filosóficos*, com reflexões ontológicas, como esta:

O dinheiro, então, aparece como uma força *demolidora* para o indivíduo e para os laços sociais, que alegam ser *entidades* auto-subsistentes. Ele converte a fidelidade em infidelidade, amor em ódio, ódio em amor, virtude em vício, vício em virtude, servo em senhor, boçalidade em inteligência e inteligência em boçalidade. Posto que o dinheiro, como conceito existente e ativo do valor, confunde e troca tudo, ele é a *confusão e transposição* universais de todas as coisas, o mundo invertido, a confusão e transposição de todos os atributos naturais e humanos. (MARX, s/d., s/p.)

Às vertentes ortodoxas da política do tripé, contrapomos as vertentes críticas que defendem estratégias promotoras do desenvolvimento social, contra o caos e as inversões operadas pela produção de mercadorias. A essência humana da produção industrial avançada, não liberada do estranhamento, continua fazendo das necessidades humanas e mercadorias um corpo estranho e hostil ao próprio homem. O tripé é um regime de maximização da produção lucrativa de mercadorias e uma de suas pernas, a política fiscal, tem a função de promover a poupança – superávit primário – para pagar juros da dívida pública, da “pátria financeira”, em detrimento das necessidades básicas das classes trabalhadoras.

É certo que, quando todos – classes patronais e classes trabalhadoras – estão ganhando mais, fica mais fácil distribuir

a renda. Porém, quando a economia se desacelera, a receita do tripé convencional, ortodoxa, recomenda, entre outras medidas fiscais, o corte de gastos públicos, incluindo as áreas sociais, e a destinação do superávit primário para pagar os juros da dívida pública. São medidas fiscais impopulares, úteis aos empresários e financistas, uma vez que o corte de gastos sociais gera poupança para “equilibrar” a economia, financiar investimentos privados, retomar o crescimento, enfim, fazer do superávit primário uma fonte de crescimento do capital rentista. À atual tendência mundial de concentração e ampliação do capital rentista corresponde, inversamente, a tendência histórica dos trabalhadores ao empobrecimento. Trata-se de um componente estrutural do jugo do trabalho, analisado por Marx e, também, por Stuart Mill. Em *Trabalho alienado*, ainda sob o calor das “jornadas de junho” de 2014, Giannetti lembra a tese de Mill publicada no mesmo ano em que Marx e Engels lançavam o *Manifesto Comunista* (1848):

O ideal de um mundo liberto do trabalho imposto de fora, como obrigação alheia à livre escolha individual, tem uma longa história. A formulação clássica é devida a Marx. (...)

Como já alertava Mill em 1848: "Trabalhar pelo preço oferecido por outro e para o lucro deste, sem interesse algum pelo trabalho – sendo o preço do trabalho ajustado pela competição hostil, com um lado pedindo o mais possível e o outro pagando o menos que puder – não é, mesmo quando os salários são elevados, um estado satisfatório para seres humanos que deixaram de julgar-se inferiores àqueles a quem servem".

O espantoso é que, não obstante o furioso aumento da produtividade desde o século 19 – o que poderia, em tese, reduzir a necessidade do trabalho alienado –, estamos hoje ainda mais distantes do ideal projetado pelos economistas clássicos do que quando eles o formularam. A escalada do consumo atropelou o valor da autonomia na vida prática e engoliu o sonho do trabalho como esfera de autorrealização humana. O ter – e não o fazer – nos define. Não é à toa que o sentimento do vazio, em meio à toda tecnologia e abundância ocidentais, só faz crescer. (GIANNETTI, 23.07.204, p. A2)

A referência ao “vazio” – um modo de empobrecimento, rebaixamento da essência humana – nos leva a um dos temas preferidos de Nietzsche, o *niilismo* da civilização avançada, a desvalorização de todos os valores, em meio a tanta abundância.

Para examinar o painel de opiniões e análises do crescimento econômico publicadas no diário *Folha de S. Paulo*, entre as “jornadas de junho” de 2013-2014, fundamentamos este ensaio na premissa de que o tripé, como regime normativo de equilíbrio e crescimento da economia, oculta a exploração da força de trabalho, apropriação da riqueza, subordinação da sociedade a uma nova forma de colonização, a financeira, o que nos coloca, novamente, diante de uma economia de “monstros”, da qual tratamos, em ensaios anteriores. O regime do tripé, ortodoxo ou não, é um esteio da dominação, mesmo nas condições de prazer e felicidade que o crescimento e as políticas sociais possam propiciar a parcelas cada vez maiores das classes trabalhadoras.

Certas vertentes da economia política, especialmente, a chamada “desenvolvimentista”, priorizam a conquista da qualidade de vida dos trabalhadores, apesar da desaceleração do crescimento econômico, na conjuntura em questão. Enquanto a tendência maior do colonialismo econômico permanece atrelada aos paradigmas ortodoxos do tripé – câmbio flutuante, austeridade fiscal e meta da inflação – poucos analistas priorizam a análise das necessidades humanas, os movimentos sociais e as políticas sociais, contra os privilégios e as investidas do capital financeiro que submete as classes trabalhadoras e riquezas produzidas a um colonialismo em escala mundial.

A administração total da sociedade que a primeira geração da Teoria Crítica da Sociedade detectava em sociedades tecnológicas avançadas, democráticas, no período fordista, adquiriu amplitude, nas últimas décadas, sob o império do capital financeiro mundial, centro de decisões que articula os interesses das poderosas corporações financeiras internacionais com os interesses e decisões de Estados nacionais submissos.

No capitalismo tardio, o capital continua crescendo sem que, em contrapartida, cresça, na mesma proporção, a parcela da riqueza destinada aos trabalhadores. Crescem, em ritmo maior, as vantagens da especulação financeira, improdutiva, para além do aparato produtivo industrial. Há cerca de quatro décadas, a especulação financeira mundial vem se consolidando como a mais lucrativa alavanca. Assim, a expansão e concentração do capital rentista e patrimonial torna-se mais destrutivo, dificultando e impedindo o desenvolvimento social, com maior

prejuízo para as classes trabalhadoras e, também, para segmentos do empresariado que mal sobrevivem, quando não sucumbem à competição hostil. Entre as reflexões do ensaio anterior, apresentamos o pensamento de Delfim Netto sobre o tema intitulado “*Tragédia*”, coluna em que ele trata da recusa de empresários de reinvestir em seus próprios empreendimentos produtivos. Trata-se de uma redução dos investimentos em empresas abertas não financeiras. Dividendos recebidos desses empreendimentos são canalizados para aplicações mais lucrativas (DELFIN NETTO, 21.05.2014, p. A2). Assim, industriais tornam-se rentistas, em prejuízo para a retomada do crescimento e a preservação do emprego. Belluzzo, igualmente, trata dessa questão, na entrevista concedida, em dezembro de 2013 (BELLUZZO, apud LUCENA, 29.12.2013, p. A17).

Um polo de produção da miséria dos trabalhadores está na estrutura mundial que canaliza grande parte da riqueza expropriada para ampliar e concentrar o capital rentista e patrimonial. Este centro está se consolidando como responsável maior pela concentração mundial da riqueza, como revelado pela pesquisa coordenada pelo economista francês Thomas Piketty, sobre a desigualdade social e a necessidade de tributar o “1% mais rico” da população mundial. Em sua leitura da obra de Piketty, Pessoa faz comentários, no artigo *Erros e acertos do fenômeno “O Capital no Século 21”*, sobre a relação entre o capitalismo atual e o capitalismo da “*belle époque*”: “sem a regulação estatal, o capitalismo retomou seu rumo concentrador”, provocando perda de “poder de barganha do trabalho nos países centrais” (PESSÔA, 08.06.2014, p. 4). É esse mesmo capital rentista e

patrimonialista que, segundo Piketty, coloca em risco a democracia:

Para ele, a dinâmica normal de uma economia de mercado que resulta necessariamente no capitalismo patrimonialista coloca em risco a democracia como a conhecemos. Ele afirma que a democracia seria incompatível com excessiva concentração de riqueza. (PESSÔA, 08.06.2014, p. 4)

A política econômica, no período entre as jornadas de junho de 2013-2014, permanece atrelada às pressões que geram o “enroscos”, armadilha que Belluzzo chama de “camisa de 11 varas”, quando a política econômica se submete ao capital rentista.

A crescente abertura para o capital rentista é um processo histórico associado ao pacote de medidas neoliberais que remonta aos anos 80, um “pacote de políticas que inclui a desregulamentação dos diversos mercados, forte redução das barreiras comerciais nos anos 80, e, nos anos 90, das barreiras à mobilidade internacional de capitais, além da privatização de diversos setores produtivos...” (PESSÔA, 08.06.2014, p. 4). Foi tal pacote que alterou o poder de barganha do trabalho nos países centrais e, com a “vingança do rentismo”, tornou-se mais cruel na periferia.

O capitalismo é uma forma de crueldade, violência, pouco visível ao senso comum, em contraste com a violência explícita da escravidão. Na etapa do capitalismo tardio, emerge uma acentuada inconsciência da massa dos trabalhadores, no processo de usurpação de sua força de trabalho e de violência sobre suas mentes. A paralisia da mente, hoje, contrasta com a consciência dos súditos feudais ou dos escravos ou, ainda, do proletariado da revolução industrial, movidos pela necessidade de

resgate da liberdade perdida, sob os grilhões e carrascos da ordem teológico-feudal, da tirania absolutista, da escravidão colonial ou da exploração do emergente proletariado. Tocqueville, contemporâneo de Marx e Mill, percebe o contraste entre as formas de violência, ao confrontar a tirania democrática com a tirania absolutista, em *A Democracia na América* (1835-1840), concluindo que a tirania absolutista aprisiona o corpo, enquanto a tirania democrática liberta o corpo e aprisiona a alma:

Grilhões e carrascos são instrumentos grosseiros, que a tirania empregava outrora; mas em nossos dias a civilização aperfeiçoou até o próprio despotismo, que parecia contudo nada mais ter a aprender. Os príncipes tinham, por assim dizer, materializado a violência; as repúblicas democráticas de nossos dias tornaram-na tão intelectual quanto a vontade humana que ela quer coagir. Sob o governo absoluto de um só, o despotismo, para chegar à alma, atingia grosseiramente o corpo; e a alma, escapando desses golpes, se elevava gloriosa acima dele. Mas, nas repúblicas democráticas, não é assim que a tirania procede; ela deixa o corpo e vai direto a alma. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 299)

Esta citação é resgatada por Adorno e Horkheimer, em *O Iluminismo como mistificação das massas* (ADORNO/HORKHEIMER, 2002, p. 15), quando repetem que “a tirania deixa livre o corpo e investe diretamente sobre a alma”, atualizando a reflexão, tendo como objeto a indústria cultural, uma superestrutura das sociedades democráticas (os autores vivenciaram e diagnosticaram a indústria cultural, em solo americano, onde se exilaram e criaram o termo), o funesto apego do povo ao mal que lhe é

feito através dessa indústria que controla as mentes e as torna impotentes, sem autonomia:

A análise feita por Tocqueville há cem anos foi plenamente confirmada. Sob o monopólio privado da cultura sucede de fato que "a tirania deixa livre o corpo e investe diretamente sobre a alma". Aí, o patrão não diz mais: ou pensas como eu ou morres. Mas diz: és livre para não pensares como eu, a tua vida, os teus bens, tudo te será deixado, mas, a partir deste instante, és um intruso entre nós.² Quem não se adapta é massacrado pela impotência econômica que se prolonga na impotência espiritual do isolado. Excluído da indústria, é fácil convencê-lo de sua insuficiência. Enquanto agora, na produção material, o mecanismo da demanda e da oferta está em vias de dissolução, na superestrutura ele opera como controle em proveito dos padrões.

Os consumidores são os operários e os empregados, fazendeiros e pequenos burgueses. A totalidade das instituições existentes os aprisiona de corpo e alma a ponto de sem resistência sucumbirem diante de tudo o que lhes é oferecido. E assim como a moral dos senhores era levada mais a sério pelos dominados do que pelos próprios senhores, assim também as massas enganadas de hoje são mais submissas ao mito do sucesso do que os próprios afortunados. Estes têm o que querem e exigem obstinadamente a ideologia com que se lhes serve. O funesto apego do povo ao mal que lhe é feito chega mesmo a antecipar a

² A. De Tocqueville, *De Démocratie en Amérique*, Paris, 1864, fl. 151. As duas frases que antecedem o número da nota de rodapé, embora não estejam entre aspas, são, também, de Tocqueville. As subseqüentes são de Adorno/Horkheimer.

sabedoria das instâncias superiores e supera o rigorismo dos *Hays-Office*.³ (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p. 14-15)

Se não é possível apressar a conquista da emancipação humana, pelo rompimento e superação do mecanismo dominante, pode-se, no entanto, exercer um relativo controle sobre o capital e suas formas de violência, através das pressões populares e instituições democráticas. O tripé da economia é um sistema de decisões pelo "alto", criado para administrar o crescimento e, como "razão instrumental", é instrumento dos interesses dominantes e, por outro lado, é objeto de crítica e intervenção direcionadas para minimizar seus efeitos negativos sobre as classes trabalhadoras. No mínimo, pode ser um instrumento social reformista, quando submetido a prioridades sociais que salvem vidas humanas e promovam qualidade de vida para as classes sociais que dependem do trabalho *estranhado* para viver. No máximo, porém, com muita dificuldade, o tripé pode ser um instrumento de denúncia contra ele próprio e contra a indústria cultural que lhe serve de esteio. Trata-se de desocultar e desmitificar, no difícil processo de esclarecimento das massas, a inversão operada pelo tripé. Contra o esclarecimento, a inversão destrutiva tem a finalidade de transformar a irracionalidade em racionalidade, o crescimento, progresso e riqueza – corpo estranho, hostil aos trabalhadores que os produzem – em mito do sucesso ao alcance de todos.

³ *Hays-Office* é o código de censura moral lançado pelos maiores estúdios cinematográficos, nos Estados Unidos. Implantado em 1932, perdurou até 1968.

A nova matriz econômica: os gastos sociais e a “camisa de 11 varas”

O período abordado, neste ensaio, entre as “jornadas de junho” de 2013-2014, oferece um conjunto controvertido de opiniões e análises sobre as questões do tripé, especialmente, as da política monetária e fiscal relacionadas com a taxa de juros (Selic), a conta de juros e a geração de superávit primário para o pagamento desta conta. Tais variáveis, mesmo quando administradas por uma “nova matriz econômica”, com expectativas sociais de combate à desigualdade social, de manutenção do emprego e avanço dos programas sociais, caem na armadilha que Belluzzo chama de “camisa de 11 varas”. Esta aprofunda a submissão da “nova matriz econômica” aos interesses do capital especulativo e cria obstáculos à concretização das expectativas sociais propostas pela matriz.

As dificuldades e supostos retrocessos da “nova matriz econômica” ocorrem na conjuntura de mudanças econômicas e sociais decorrentes da crise de 2008. Seis anos já se passaram desde que Bresser-Pereira, em *Fim da onda neoliberal*, anunciou a mudança histórica gerada pela explosão da “bolha” americana (BRESSER-PEREIRA, 21.04.2008). No artigo *República e desenvolvimentismo*, de fevereiro de 2014, ele volta-se para o ideal republicano e um “novo desenvolvimentismo”, entendido como coalizão de forças entre classes sociais, formadas “frouxamente” por empresários, trabalhadores e burocracia pública. O autor trata de cooperação, embora reconheça o papel histórico da luta pelo desenvolvimento, que “implica luta de classes e possibilita coalizões entre elas”. A luta das coalizões desenvolvimentistas é travada contra as coalizões de capitalistas rentistas e

financistas. É importante, aqui, rever o trecho citado no nosso ensaio de outubro, publicado neste *Espaço Acadêmico*:

É fruto de construção social, que implica conflito e cooperação em sociedades de classes sociais. Implica luta de classes e possibilita coalizões entre elas.

A luta de classes almejava o socialismo, e não foi resolutive. Já as coalizões de classe são hoje a forma de organização da sociedade através da qual a luta pelo desenvolvimento se dá. Ela se trava entre coalizões desenvolvimentistas formadas frouxamente por empresários, trabalhadores e burocracia pública, e coalizões liberais de capitalistas rentistas e financistas. A República é o objetivo de todos. Mas um novo desenvolvimentismo social sempre renovado é a melhor estratégia para alcançá-la. (BRESSER-PEREIRA, 10.02.2014, p. A11)

Sob os efeitos da crise de 2008, a rendição da política econômica aos interesses financeiros, segundo Rossi, no artigo *Viva a pátria (financeira)*, trata-se de uma “rendição incondicional ao que os argentinos chamam corretamente de pátria financeira”. O autor, cita Gustavo Patu, que acusa uma “anomalia palpável da economia nacional - os ganhos dos rentistas e os custos dos tomadores de empréstimos, ambos há quase duas décadas entre os maiores do mundo” (ROSSI, 15.05.2009). O que o discurso oficial escondia era, de fato, o “ganho dos rentistas”:

Todo o palavrorio usado para explicar o imbróglio mal esconde que a preocupação é defender o “ganho dos rentistas”.

Carlos Lessa, primeiro presidente do BNDES na era Lula, já escreveu,

mais de uma vez, que se trata do maior esquema de transferência de renda do planeta. De todos os contribuintes para os mais ricos, a título de pagar a dívida.

Discutir o reescalonamento dela, nem pensar. O primeiro pensamento é sempre ajudar os rentistas, como se faz agora via redução de impostos. Nem pensar em, por exemplo, ajudar o emprego, pela desoneração da folha de pagamentos, velha bandeira do PT que morreu ao chegar ao poder. Taxar a poupança é escolher a linha de menor resistência, porque a esmagadora maioria dos poupadores pertence ao fraco mundo do salário, e não à forte pátria financeira. É toda uma definição ideológica. (ROSSI, 15.05.2009)

Abandonada a política macroeconômica do tripé, como afirmam parte dos

economistas – embora o governo diga que não a tenha abandonado –, a nova matriz econômica, anunciada em 2012, completa seu terceiro ano em 2014, e, segundo alguns analistas, em situação de retrocesso e fracasso. O crescimento acelerado da economia e, simultaneamente, a expansão das políticas e programas sociais que marcaram o governo Lula (2003-2010), passam por rupturas, seguindo-se uma fase de desaceleração do crescimento (Quadro 1) que, segundo determinadas avaliações, é agravada em decorrência do abandono da política do tripé econômico. Entre essas avaliações, afirma-se que a nova matriz econômica fracassou. A política econômica oficial discorda e argumenta que a prioridade é o crescimento com defesa do emprego, valorização do salário mínimo e diminuição da desigualdade social, enfim, distribuição da renda.

Quadro 1
Variação do PIB anual, em %
Período: 1990 a 2013



Fonte: Folha de São Paulo, 28.02.2014, p. A1

Talento e Nalon relatam a resposta da presidente Dilma, em evento público em Salvador, em 15.10.2013, ao ser questionada sobre uma suposta flexibilização ou abandono do tripé macroeconômico. Ela responde que o tripé jamais foi abandonado:

"Jamais foi abandonado o tripé macroeconômico no governo. Inflação sob controle, contas públicas absolutamente sob controle, inclusive com queda na participação do PIB [Produto Interno Bruto] dos três principais itens do orçamento público federal: Previdência, pessoal e pagamento de juros."

Dilma também citou o volume de reservas internacionais acumuladas pelo governo, que serve como uma poupança para ser usada em momentos de crise.

"Quando que o Brasil teve entre 376 e 378 bilhões de dólares de reserva? Por isso, queridos, nunca foi abandonado [o tripé]", disse a presidente... (TALENTO e NALON, 16.10.2014, p. A8)

Freire observa que a dívida pública poderia ter baixado, se os últimos governos não tivessem aumentado os benefícios sociais e emprestado dinheiro a "juro zero" a grandes empresas:

A promessa de colocar o tripé de pé de novo não quer dizer, pois, grande coisa. É melhor um tripé na mão do que inflação e dívida voando, mas a mera defesa desse padrão de política econômica nem de longe delineia um programa de governo interessante.

O Brasil vai mudar de padrão econômico estabilizando sua dívida ou precisamos de algo mais radical em matéria fiscal? Em vez de apenas reduzir seu déficit, não seria necessário zerá-lo por vários anos, a fim de aumentar a poupança nacional, forçar a redução dos juros campeões mundiais e, enfim, alterar o padrão de financiamento do governo (da sua dívida), ainda um escândalo?

Zerar o déficit e baixar rapidamente a dívida seria novidade, mas resultaria em conflito. Lula 2 ou Dilma poderiam ter chegado perto disso se não tivessem aumentado os benefícios sociais, se não tivessem reduzido impostos de empresas e sobre bens de consumo, se não tivessem feito dívida cara para emprestar dinheiro a juro zero para empresas grandes. (FREIRE, 16.10.2014, p. B6)

Segundo Belluzzo, o governo Lula fez políticas sociais usando recursos fiscais e o governo Dilma continuou fazendo isso. Porém, nos primeiros meses do atual governo, este começou com a taxa de câmbio bem valorizada. O dólar foi a R\$ 1,60. "Temos um desequilíbrio fundamental entre todas as variáveis do tripé: a que se comportou pior do ponto de vista do crescimento foi a taxa de câmbio". Os agentes do mercado financeiro ficam arbitrando e recusam a intervenção no câmbio. O câmbio flutuante (volatilidade) é ótimo para eles, porém, é péssimo para a decisão de investimento, para a indústria. Sobre a luta da presidência da república com o mercado financeiro, Belluzzo diz que "é uma luta política que ela está travando em condições de desvantagem em relação ao mercado financeiro e suas forças associadas" (BELLUZZO, apud LUCENA, 29.12.2013, p. A17). Diante da correlação de forças, o governo teve que dar uma recuada. Assim, a política social tem limites, quando a questão crucial está na administração do tripé. Questionado sobre os indicadores sociais que estariam parados, ele diz: "Não sei se deu uma parada. Na margem, estão crescendo menos. Está melhorando menos, porque a melhora foi muito intensa naquele período (o período Lula)". Em suas últimas palavras, na entrevista, deixa claro que, se a economia não cresce, as políticas sociais podem ser prejudicadas: "A economia não cresce, não resolvemos o problema da indústria. E se não o resolvermos as coisas voltam para trás. É preciso dizer que as coisas voltam para trás, retrocedem". Há um enrosco do câmbio, crescimento e juros. O núcleo do enrosco está no desalinhamento do câmbio e "quem se beneficia é quem faz arbitragem com câmbio e juros" (*idem*).

A capacidade de ampliar gastos sociais está relacionada com a capacidade do Estado de livrar-se do pagamento de juros e da política monetária que o atrela ao capital rentista:

Retira-se grande parte do potencial dos Estados nacionais para realização de políticas públicas, visto que o orçamento público, por um lado, fica cada vez mais comprometido com as já estruturais despesas financeiras (pagamento de juros) e, por outro lado, a política monetária (taxa de juros) torna-se refém dos movimentos de capitais especulativos. (METRI, 23.10.2014)⁴

Algumas críticas ao tripé e queda do crescimento, apresentadas no livro organizado por Bresser-Pereira, *O Que Esperar do Brasil?*, são comentadas por Lucena, na reportagem *Tripé deve ser abandonado para retomar o crescimento*. Dentre os 14 artigos de 18 autores, a colunista destaca algumas

⁴ Sobre a relação entre dívida pública e as prioridades sociais, nos últimos anos, Maurício Metri afirma que a priorização do nível de emprego e renda das camadas mais vulneráveis da população foi adotada, sem ajustes econômicos recessivos e sem priorizar a proteção dos interesses e a riqueza patrimonial de grandes grupos privados. "O mais importante a se observar é que, quando se deflagrou a crise internacional de 2008 e seus desdobramentos durante os anos seguintes, já havia sido retomada a capacidade de o Estado atuar de modo a arrefecer os efeitos de uma severa crise econômica por meio de políticas fiscal e monetária expansivas. Os bons resultados nas contas externas nos anos anteriores e a "desdolarização" da dívida pública foram decisivos para tanto. Assim, diferente da crônica tradicional da história econômica brasileira, o governo não lançou mão de ajustes econômicos recessivos. Ao contrário, inverteu as prioridades e, por decisões de natureza política, trabalhou de modo a defender o nível de emprego e renda das camadas mais vulneráveis da população brasileira, em vez de priorizar a proteção dos interesses e a riqueza patrimonial de grandes grupos privados" (METRI, 16.10.2014).

teses, como a de Singer, sobre a relação entre crescimento (ou estagnação) e as políticas de redução da pobreza:

Como lembra o sociólogo André Singer, da USP, se o ritmo de crescimento do final dos anos Lula tivesse sido mantido, em 2016 chegaríamos a um indicador de desigualdade um pouco inferior ao de 1960 (quando foi feita a primeira pesquisa sobre o tema).

"Após duas décadas de um regime militar concentrador e de outras duas décadas de estagnação, as políticas de redução da pobreza nos levarão de volta ao limiar de onde começamos a regredir" (*o grifo é nosso*), observa ele. É uma medida do tamanho do problema. (LUCENA, 07.12.2013)

A ampliação dos benefícios sociais aos trabalhadores não está desvinculada do controle da movimentação de capitais e dos antagonismos de classes sociais. Envolve mediações geradoras de tensões sociais, no campo da luta econômica, social e política. Em *Um país dividido*, Miterhof lembra que as políticas de proteção social (Bolsa Família, valorização do salário mínimo, entre outras), gastos em áreas sociais, como educação e saúde, e iniciativas compensatórias (Mais médicos, cotas nas universidades públicas, Prouni, Pronatec, Minha Casa, Minha Vida), provocam tensões sociais, como o descontentamento de parte da sociedade com os programas sociais:

Mudanças profundas não ocorrem sem tensão. Um país mais equilibrado é melhor para todos, porém, para muitos, não é fácil abrir mão de seus interesses imediatos em nome de um menos palpável bem comum. Isso se reflete, por exemplo, num elitismo tosco, que "denuncia" iniciativas triviais em países democráticos (programas de renda mínima, cotas

raciais, etc.) como sinais de uma suposta "cubanização" do país. (MITERHOF, 30.10.2014, p. B7).

É muito difícil conciliar a ampliação das políticas e gastos sociais com as tentativas de preservar e acionar o crescimento econômico, já em desaceleração. Historicamente, há uma relação entre juros baixos e "eutanásia do rentismo", em oposição à "vingança do rentismo", temas do livro *Conta de Juros Grande & Favela*, de Matias Vernengo e Alcino Câmara. Comentando o livro, Miterhof diz que a produção, os salários e o crescimento foram favorecidos pela "eutanásia do rentismo", no pós-Guerra, nos países centrais. A imposição generalizada de estritos controles, como tributos e prazos mínimos de permanência, sobre a movimentação de capitais, limitou as chances do capital financeiro de buscar taxas mais atrativas mundo afora e, assim, permitiu manter juros baixos (a "eutanásia"), favorecendo a produção, os salários e o crescimento (MITERHOF, 08.05.2014, p. B5). A essa eutanásia sucedeu a vingança, "mais doída na periferia". Miterhof observa que, no Brasil, um quinto do gasto federal, em 2013, foi com amortizações e juros da dívida, "apesar da inflexão da política econômica no segundo governo Lula (PAC, Bolsa Família, valorização do salário mínimo, alta dos gastos em educação e saúde, etc.) e da queda do patamar de juros". Para sair desse enrosco e evitar o arrocho, como o corte de gastos sociais, ele endossa a opinião dos autores do livro, qual seja, a retomada da "eutanásia do rentismo":

Para mudar, os autores propõem retomar a "eutanásia do rentismo", controlando os fluxos de capitais para reduzir os juros e manter a taxa cambial mais depreciada, além de política industrial. Isso precisa

ser feito pragmaticamente, equilibrando os papéis do câmbio de elevar a competitividade da indústria e de controlar a inflação.

Em vez de arrocho, esse desafio é um caminho bem mais interessante de ser avaliado pelo próximo governo. (MITERHOF, 08.05.2014, p. B5)

As "jornadas de junho" de 2013-2014 levantam bandeiras que, em defesa da melhoria da qualidade de vida, reivindicam a ampliação dos gastos sociais, bem como a autonomia do país, contra o endividamento público e a conta de juros. As vozes das ruas reclamam por mais gastos nas áreas sociais. O superávit primário, gerado pela arrecadação dos governos federal, estaduais e municipais com impostos, é complementado com itens extraordinários, como as receitas com privatizações e concessões, acrescidas de receitas atípicas, como as resultantes do Refis e do campo petrolífero de Libra, em 2013. Embora seja mantida a política de priorização da redução da pobreza e desigualdade, na economia em desaceleração, a questão do abandono (ou não) da política ortodoxa do tripé econômico pelo governo Dilma parece ser objeto de maior destaque, no columnismo. A nova matriz macroeconômica recebe acusações de retrocesso:

A nova matriz econômica gerou retrocessos. O Banco Central foi forçado a baixar os juros. O controle de preços voltou. A gestão fiscal foi vítima da contabilidade criativa, que escondia a exagerada expansão dos gastos. O mercado de câmbio sofreu intervenções para atender a visões de mundo que atribuíam à desvalorização cambial a fonte da competitividade dos produtos exportáveis. (NÓBREGA, 16.04.2014, p. 26)

Belluzzo faz ressalvas ao argumento do fracasso do controle da taxa de juros da Selic. Lucena coloca a seguinte questão: “em 2012, Dilma atacou as altas taxas de juros e pareceu adotar uma posição mais firme em relação a bancos. Depois, os juros subiram. Houve retrocesso?” Belluzzo responde que não, que a política de juros, “outra pata fraca do tripé”, depende da política de câmbio que, “desalinhada”, não promoveu a desvalorização. Depende, também, do controle da inflação que, ao subir, exigiu a elevação dos juros:

Em termos. Isso é um jogo de vaivém. Como a inflação começou a bater no teto da meta, e isso no consenso é uma coisa que... Disseram que o governo abandonou o tripé, e isso virou ingrediente de uma batalha eleitoral. Na verdade, o governo continuou administrando a política monetária e fiscal –que é a outra pata fraca do tripé. (*idem*)

(...)

Não acho que o governo esteja fracassando na economia. O crescimento é ruim, comparável ao de FHC, que foi péssimo. Há esse enrosco do câmbio, crescimento e juros. A política fiscal poderia facilitar a política de juros, se houvesse uma situação fiscal mais estabilizada. O núcleo do enrosco é o desalinhamento do câmbio, para um país que está metido nesse mundo de hoje.

(...)

A Dilma é desenvolvimentista só que não está conseguindo se livrar desses constrangimentos que vêm dos anos 1970 para cá. Ela recebeu a taxa de câmbio valorizada. Fez um esforço para desvalorizar. Porém, a inflação bateu no teto da meta. O que o BC fez e tinha que fazer? Subiu a taxa de juros. (BELLUZZO, apud LUCENA, 29.12.2013, p. A17)

Enfim, na conjuntura em questão, as políticas sociais são mantidas algumas, abaladas outras, apesar da batalha ideológica e política perdida para o mercado financeiro, esse poderoso império mundial que supera os antigos impérios coloniais. As opiniões e análises, na *Folha*, pouco tratam desse império, sua estrutura, funcionamento e a proporção da riqueza que se esvai para pagamento da dívida pública e juros sobre a mesma, bem como a concentração e ampliação do capital rentista mundial.

Gastos financeiros versus gastos sociais: conflitos de políticas (tripé), classes e partidos

Política monetária (controle da inflação), superávit primário (austeridade fiscal) e câmbio flutuante formam o tripé da economia. Um dos controles de política monetária e fiscal realiza-se através da “taxa básica” de juros, a taxa da Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), de operações de financiamento lastreadas em títulos públicos federais. A elevação da taxa básica serve de controle da inflação, porém, resulta no aumento da conta de juros, exigindo um esforço cada vez maior do governo para gerar superávit primário destinado ao pagamento da conta, em detrimento dos gastos sociais necessários à ampliação das políticas e programas sociais destinados aos trabalhadores.

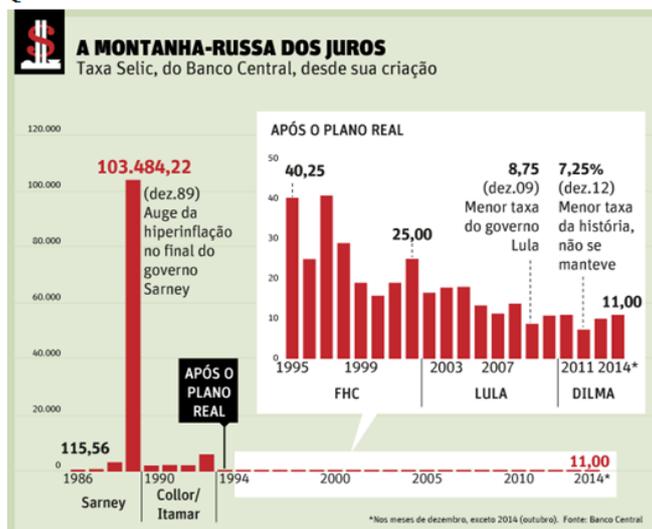
Chocam-se as vertentes do pensamento econômico que, de um lado, defendem uma teoria ortodoxa do tripé, e, de outro, as que travam um combate contra a ortodoxia e propõem a ampliação dos gastos sociais, aos quais deve ser destinado o superávit primário, e, até mesmo, a suspensão da dívida pública. São choques que expressam antagonismos de classes sociais que, por sua vez, são catalisados pelos partidos

políticos, sindicatos e movimentos sociais, como as “jornadas de junho”.

A Selic teve início em 5.03.1999, estabelecida em 45% ao ano. Entre

quedas e elevações, a tendência descendente chega a 18%, em agosto de 2004 (Quadro 2).

Quadro 2



Fonte: Folha de São Paulo, 19.10.2014

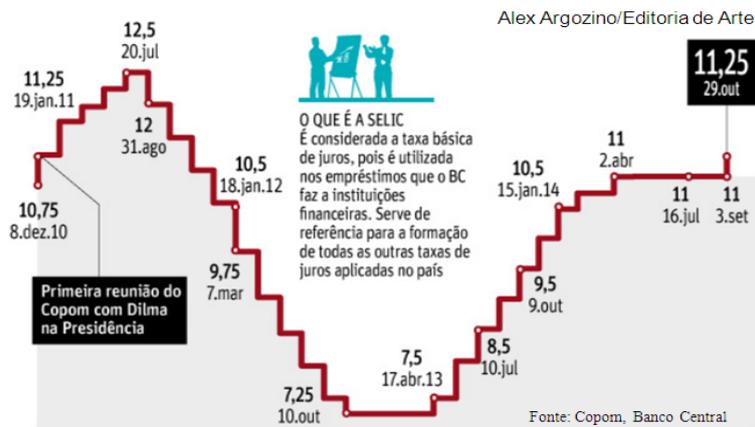
Em setembro de 2005, estabelecida em 19,5%, inicia um longo período de **quedas, por quatro anos e sete meses**, entrecortadas por algumas elevações, até chegar, em 09.12.2009, a 8,75%, menor taxa do governo Lula, mantida até 29.04.2010. Nesta data, volta a subir para 9,5%, continuando em **ascensão, por 14 meses**, no final do governo Lula e nos seis primeiros meses do governo Dilma (jan.-jul./2011), chegando a 12,5%.

Na primeira reunião do Copom, sob o governo Dilma, em 19.01.2011, a Selic passa de 10,75% para 11,25% e, na sequência, chega a 12,5%. No sétimo mês do governo, em 01.07.2011, a taxa inicia um longo período de **quedas sucessivas, por 21 meses**, descendo até

7,25%, a menor taxa na história da Selic (Quadros 2 e 3). Este índice permanece por seis meses, até 18.04.2013, data marcante na “mudança de rumo” da política econômica.

18.04.2013 é a data da primeira alta, no período de “mudança de rumo” da economia: a subida para 7,5% dá início a uma sequência de **altas, em um período de dezoito meses**. Em 30.8.2013, os dados divulgados pelo Banco Central indicam o fim do barateamento da conta de juros, confirmando a tendência de elevação da taxa. A taxa sobe para 11%, em 03.04.2014, passa pelas “jornadas de junho” e segue até uma nova alta, em 29.10.2014, definida em 11,25% (Quadro 3).

Quadro 3
Evolução da “taxa básica” (SELIC)
Período: 8.dez.2010 a 11.set.2014



Fonte: Folha de São Paulo, 30.10.2014, Mercado, p. B 3

A queda da taxa de juros durou por curto tempo, no governo Dilma, e sucumbiu à aceleração dos preços. Na reportagem *Despesa com dívida pública tende a crescer*, de 01.09.2013, Gustavo Patu noticia o novo aperto da política monetária para conter a inflação. Esta pressão fiscal ocorre após um longo período de 21 meses de queda da taxa de juros. Esta queda possibilitou uma relativa folga nas contas das políticas públicas, folga que favorecia os programas sociais, como os de renda e educação.

Nos primeiros meses da presidente, a taxa subiu de 10,75% para 12,5% ao ano, para conter a inflação herdada do governo Lula; depois, caiu para 7,25%, menor patamar da história, na tentativa de estimular a economia.

Com a nova aceleração dos preços, a taxa voltou a subir e está hoje em 9%.

Além de trunfo político do Palácio do Planalto, a queda dos juros se tornou argumento econômico do Ministério da Fazenda para reduzir a parcela da arrecadação de impostos destinada ao abatimento da dívida.

Afinal, como dizia o ministro Guido Mantega, as três principais

despesas do Tesouro – o déficit previdenciário, o pagamento de pessoal e a conta financeira – estavam sob controle ou mesmo em trajetória de queda. (PATU, 01.09.2013, p. B7)

Os dados divulgados pelo Banco Central indicam que os gastos financeiros do período caem menos que o esperado e que acabou o alívio no caixa do governo:

Com o novo aperto da política monetária para conter a inflação, chegou ao fim o alívio no caixa do governo proporcionado pela queda das despesas com os juros da dívida pública.

O cenário cria nova pressão fiscal para o governo Dilma Rousseff, que aproveitou o barateamento da conta de juros para afrouxar o controle das demais despesas, em especial com programas de renda e educação.

Os gastos financeiros não apenas caíram bem menos que o esperado pela área econômica como começam a dar sinais de retomada da trajetória de alta, segundo dados divulgados anteontem pelo Banco Central. (PATU, 01.09.2013, p. B7)

De um lado, os gastos financeiros do governo caem bem menos que o

previsto, e, de outro, tem início a nova aceleração dos preços, pressionando para a elevação da Selic, aumentando a conta de juros e exigindo maior esforço do governo para pagá-la.

No trimestre que antecede as “jornadas de junho” de 2013, ocorre, no mês de abril, a primeira alta da taxa Selic, após um ano e meio de queda:

União, Estados e municípios pagaram a seus credores, nos 12 meses encerrados em julho, o equivalente a 4,9% do Produto Interno Bruto, ou R\$ 227 bilhões.

O patamar é um dos menores desde o Plano Real, mas mostrou a primeira elevação visível em um ano e meio. (PATU, 01.09.2013, p. B7)

Como explicar a virada no rumo da política monetária? Patu comenta que foi frustrada a tentativa de reduzir o superávit primário destinado ao pagamento de juros da dívida, devido à necessidade de combater a aceleração dos preços e ao fato de que o impacto dos juros mais baixos nos cofres públicos tenha sido menor que o esperado. Vimos, acima, que, segundo Belluzzo, o controle da inflação exigiu a elevação da taxa de juros. Outro fator que contribui para aumentar a conta de juros é “a estratégia conduzida pelo governo na tentativa de reanimar a economia: as sucessivas emissões de títulos da dívida do Tesouro para injetar dinheiro no banco oficial de fomento, o BNDES” (PATU, 01.09.2013, p. B7). A emissão de títulos pelo governo onera a dívida pública e sua conta de juros. Por outro lado, o desequilíbrio nas contas aumenta com o empréstimo de dinheiro a “juro zero” a grandes empresas.

Em dezembro de 2013, a escalada da Selic, que já se encontra em 9,5%, e outros elementos do tripé, inter-relacionados, leva Belluzzo a entender

que o governo Dilma havia caído em uma armadilha. Na entrevista, ele chama esta armadilha de “camisa de 11 varas”. O governo cedeu ao capital rentista e, dificilmente, sairá desta armadilha. No tripé, a questão mais crucial está no câmbio, afirma Belluzzo. Não entramos, aqui, nas difíceis entranhas da questão cambial que, segundo o autor, é deixada de lado pelas lideranças da política econômica.

Aqui, nossa preocupação central está voltada para os efeitos da especulação financeira sobre as políticas e gastos sociais, enfim, as relações entre o endividamento público e a priorização das políticas sociais. A especulação financeira é um objetivo dos empresários que se veem obrigados a se voltarem para a especulação, os mercados de juros e o câmbio, quando os custos tornam-se insuportáveis. Segundo Belluzzo, os custos insuportáveis dos investimentos industriais estão relacionados com a política cambial, são eles que obrigam os empresários a se refugiarem na especulação financeira. O autor preocupa-se, na entrevista, principalmente, com a desaceleração da indústria, com o baixo crescimento da economia decorrente da falta de dinamismo na indústria. O fato de a economia brasileira ter mantido a taxa de câmbio valorizada por tanto tempo afetou o investimento industrial, diz ele. Sem uma política cambial adequada, a indústria patina e força os empresários a buscar lucros satisfatórios na especulação financeira. Se a economia emperra e se o rentismo é quem mais se beneficia, o governo enfrenta esse “enrosco”, tentando salvaguardar os compromissos sociais assumidos:

O investimento fica custoso, porque mexe no caixa, no resultado. No mundo inteiro ocorreu uma tremenda concentração em todos os

setores. Essa concentração agravou esse problema de controle dos mercados. Lawrence Summers disse recentemente que o problema nos EUA é que as empresas estão acumulando caixa e não investem. Daí a economia não vai.

No Brasil, quem se beneficia é quem faz arbitragem com câmbio e juros, todo mundo que tem capacidade financeira e articulações fora do Brasil para fazer isso. As empresas pegam seu caixa e fazem posição no mercado futuro de juros e câmbio. (BELLUZZO, apud LUCENA, 29.12.2013, p. A17)

O governo Dilma continua utilizando recursos fiscais para honrar as políticas sociais, prioridades de governo, tal como o fez o governo Lula, afirma Belluzzo. Contudo, puxado o freio de mão da economia, surgem efeitos negativos das políticas monetária e fiscal sobre as políticas sociais. A economia já tinha crescido 7,5%, sob o governo Lula, quando, “em 2011 o governo puxou o freio de mão demais do crédito, e foi um erro. Foi um erro do qual nós todos temos culpa. Estávamos preocupados com o desempenho fiscal do governo e avaliamos mal. Eu inclusive. Estava errada aquela avaliação” (BELLUZZO, apud LUCENA, 29.12.2013, p. A17). Isto significa que, com desaceleração do crescimento, não há como fazer avançar as políticas sociais? Ele reconhece que aumentou a dificuldade de levar adiante o projeto social, núcleo central da política do governo. No entanto, houve um certo avanço. Ele tem dúvidas sobre a suposta parada dos indicadores sociais. Há indícios de que não houve parada: “Na margem, estão crescendo menos. Está melhorando menos, porque a melhora foi muito intensa naquele período (*Belluzzo refere-se ao período Lula*). É muito clara a sensação das pessoas de que elas melhoraram”. Sobre

a atuação da presidente: “Mas eu não creio que ela tenha abandonado esse núcleo central. Muito ao contrário. Ela avançou um pouco nessa questão do Bolsa Família e de outros benefícios” (*idem*).

Foi preciso chegar às portas das eleições presidenciais, para que os debates eleitorais trouxessem para o público, com relativa ênfase, a questão da dívida pública e as políticas sociais. Questões colocadas por representantes sindicais trazem à tona as denúncias de movimentos e organizações sociais, como a ONG Auditoria Cidadã da Dívida, contra o endividamento público. As vozes dos movimentos sociais sobre a dívida pública, como a desta Auditoria, não ocupam espaço expressivo, na *Folha*, no período entre as “jornadas de junho”⁵. Denúncias e dados proferidos pela Auditoria são mencionados pelo metalúrgico José Maria de Almeida (candidato à Presidência da República pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU), em *A mudança que o Brasil precisa*, ao questionar duas medidas de política monetária e fiscal: o aumento de juros para tentar conter a inflação e o corte de gastos públicos para pagar juros. A Auditoria denuncia que quase a metade dos impostos arrecadados são destinados ao pagamento de juros da dívida pública, o que equivale a cerca de cinco vezes mais que a soma dos gastos federais com saúde e educação:

Essas políticas trarão ainda mais sacrifícios para os trabalhadores e o povo pobre. E, como sempre, os beneficiados continuarão sendo os mesmos: os bancos e as grandes empresas. (...)

⁵ O movimento Auditoria Cidadã da Dívida sustenta argumentação e ativismo significativos, como nas matérias do seu *site* e vídeos como *Dívida pública brasileira – a soberania na corda bamba*, disponível no YouTube.

Todos os anos, o governo federal desembolsa para os bancos, a título de pagamento da dívida pública, algo em torno de 42% do Orçamento federal, quase metade do que arrecada com os impostos pagos pela população. No entanto, segundo a associação Auditoria Cidadã da Dívida, o governo gasta somente 4,11% do Orçamento com saúde e 3,49% com educação. Para os banqueiros vai 5,5 vezes mais do que para saúde e educação juntas.

Não será possível mudar o Brasil e assegurar vida digna para o seu povo enquanto todos os recursos do país e a riqueza produzida pelo trabalho de toda a população continuarem sendo destinados apenas ao aumento dos lucros de banqueiros e empresários. (ALMEIDA, 11.07.2014, p. A3)

Em *Mercados não votam. Que bom*, Clóvis Rossi compara duas conjunturas, confrontando o período eleitoral de 2014 com o de 2002, e lembra que os rentistas (portadores de títulos da dívida pública), sob o governo Lula, receberam entre um mínimo de 2% do PIB (2009) e um máximo de 3,79% (2005), enquanto os pobres que recebem o Bolsa Família jamais levaram mais que 0,5% do PIB. Ele comenta o risco de caos, na conjuntura de 2002, e a ausência desse risco, na conjuntura das eleições de 2014 e do novo governo, lembrando que o “terrorismo” só fazia sentido, no caso de 2002, quando os mercados abalaram-se com a “sinistra previsão” de que o caos poderia advir da política econômica do novo governo (caso Lula fosse eleito). O mega-investidor George Soros afirmava, na conjuntura de 2002, que “desatar-se-ia o caos nos mercados” (ROSSI, 29.07.2014, p. A16). Aquela cena de “terrorismo” repete-se, com a participação do banco Santander, na conjuntura que antecede as eleições

presidenciais de 2014, porém, esta ameaça já está “deletada”, diz o autor, de tão beneficiados que os empresários e rentistas foram, nestes doze anos de governo de Lula e Dilma:

Os juros básicos foram de 18,5% para 25%. A inflação, pelo IPCA (índice que o governo usa para suas metas), multiplicou-se quase por 14, entre maio e dezembro (*neste parágrafo, Rossi refere-se a 2002*).

Agora, no entanto, o alerta do Santander, rapidamente “deletado” só faz cócegas nesse tipo de indicadores. É lógico que seja assim: em 2002, o programa do PT realmente podia assustar os tais mercados, o que justificava, do ponto de vista deles, o “terrorismo” contra a candidatura Lula. (...)

De lá para cá, no entanto, os governos petistas tornaram-se tão “market-friendly”, para usar o jargão dos mercados, que se torna patético repetir Soros com 12 anos de diferença. (...)

Afinal, como Lula repete sempre, os empresários - parte vital dos tais mercados - jamais ganharam tanto dinheiro como em seus oito anos, afirmação que se pode estender, tranquilamente, aos quatro anos seguintes, de Dilma Rousseff.

Fechando o foco só nos rentistas (portadores de títulos da dívida pública), o governo Lula lhes repassou um mínimo de 2% do PIB (2009) a um máximo de 3,79% (2005). Para comparação: os pobres, que recebem o Bolsa Família, jamais levaram mais que 0,5% do PIB. (ROSSI, 29.07.2014, p. A16)

Na política econômica do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), prevalece uma linha “ultraortodoxa”, conforme dito por Luciana Genro, como proposta de interrupção dos pagamentos da dívida pública. A declaração da

candidata a presidente da República está na entrevista concedida, em 22 de junho de 2014, ao programa *Poder e Política*, da *Folha* e "UOL":

Na economia, prevalece uma agenda da esquerda ultraortodoxa, propondo interromper os pagamentos da dívida pública, sobretudo aos bancos, mas "preservando os interesses dos trabalhadores que têm seu dinheiro nos fundos de pensão". A Caderneta de Poupança "é intocável". (GENRO, apud RODRIGUES, 24.06.2014, p. A7)

Na entrevista, Genro expõe o pensamento econômico do partido sobre o controle da movimentação do capital e critica a política econômica dos três candidatos majoritários à presidência:

...botar o dedo na ferida, dizer as coisas que eles não vão dizer, as verdades que eles não vão dizer e dizer aquilo que as pessoas querem dizer para eles e não têm a oportunidade de dizer. (...) Eu diria, por exemplo, que eles três se confrontam com candidaturas diferentes, mas têm em comum a decisão política de manter este sistema político e este sistema econômico. Eles têm a convicção de que será necessário, a partir de 2015, fazer um ajuste que significa cortes nas áreas sociais, que significa alta da taxa de juros, aumento de tarifas públicas, repressão aos movimentos sociais. Estão unidos na defesa do sistema e desta democracia racionada que nós temos no Brasil. Nós queremos apresentar a nossa proposta, que é o novo, uma democracia real e um modelo econômico que faça com que os bancos paguem mais impostos, com que os milionários paguem mais impostos, que desonere a classe média e a classe trabalhadora e que volte a economia para os interesses do conjunto do

país, e não para os interesses para o capital financeiro, como tem sido hoje. (GENRO, apud RODRIGUES, 24.06.2014, p. A7)

As tensões sociais, além das comentadas, acima, têm as "jornadas de junho" como sua principal forma de expressão de antagonismos de classes, na conjuntura em questão. É tema para um próximo ensaio.

Conclusão

Neste ensaio, como nos demais desta série, o entendimento das possibilidades reais do reformismo, em defesa da minimização do sofrimento das classes trabalhadoras, não se confunde com a renúncia da utopia, com a abdicção do ideal de emancipação humana. Tentamos não perder o rumo estabelecido pelas bases metodológicas expostas no primeiro ensaio, sendo uma delas a premissa de que a melhor qualidade de vida, como parte das promessas de felicidade que vem do "alto", é uma peça da engrenagem, no capitalismo tardio, que reproduz a divisão de classes sociais, reproduz as classes trabalhadoras como meras vendedoras de força de trabalho e consumidoras. Essa expropriação, mantidas as promessas de felicidade cumpridas para camadas cada vez mais amplas dos trabalhadores, conta com um conjunto de esteios, mecanismos superestruturais de controle do corpo e da mente: heteronomia, submissão, aceitação de repressão, conformismo, prazer, enfim, servidão voluntária.

O estudo da impossibilidade da mudança radical, de ir além do reformismo, na conjuntura abordada, não significa qualquer descaso pelo estudo das possibilidades do movimento social autônomo, como política dos sem poder, em sua luta pela emancipação humana. Este ensaio está restrito, principalmente, ao campo de reflexões

sobre os processos de dominação. Em outro ensaio, serão abordadas as forças e ambigüidades das “jornadas de junho”.

É uma questão crucial, quando se entende que o crescimento do PIB é um processo em que a crescente riqueza produzida gera uma crescente pobreza dos trabalhadores, tema abordado no ensaio anterior. Para engordar uns, sacrificam-se outros, a maioria, a força de trabalho, aqueles que produzem a riqueza e os que, sem trabalho, dependem dos familiares que trabalham e dos programas sociais públicos e privados.

A maioria dos trabalhadores pobres e os miseráveis dependem, exclusiva ou principalmente, dos salários indiretos representados pelos benefícios concedidos pelas políticas e programas sociais. Tais benefícios complementam, precariamente, o salário mínimo ou menor que este – de que vivem cerca de 50% da população –, condição deteriorada de vida que as políticas de valorização do salário mínimo, geração de emprego, distribuição de renda e diminuição da desigualdade social tentam aliviar, contra o processo caótico e destrutivo do mercado. São benefícios que promovem uma relativa estabilidade e melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras, especialmente, o mínimo vital, para segmentos mais pobres e na miséria.

O esforço da política econômica para gerar superávit primário não é uma função dos gastos públicos, especialmente, os das áreas sociais, que o tripé ortodoxo submete a limitações e cortes orçamentários. Um segmento dos economistas entende que é o capital rentista o carrasco, a “chibata” dos trabalhadores, e defende o superávit primário para fins sociais, contra o pagamento dos juros da dívida pública

que beneficia o carrasco. O próximo ensaio dá continuidade a esta questão.

Referências

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. O Iluminismo como mistificação das massas. In **Indústria cultural e sociedade** / Theodor W. Adorno; seleção de textos: Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Paz e Terra, 2002, 5-44

ALMEIDA, José Maria de. A mudança de que o Brasil precisa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 jul. 2014, Opinião, p. A3. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/175360-a-mudanca-de-que-o-brasil-precisa.shtml> Acesso em: 11 jul. 2014

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Dívida pública brasileira: a soberania na corda bamba** (filme). Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/auditoriacidada.pagina/posts/774172712640971> Acesso em: 30 ago. 2014; também disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aFzke1cCwUgem>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Fim da onda neoliberal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 de abril de 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2104200806.htm> Acesso em 6 de maio 2014

_____. República e desenvolvimentismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 de fevereiro de 2014, Mundo, p. A11. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/151578-republica-e-desenvolvimentismo.shtml> Acesso em 11 fev. 14

DELFIN NETTO, Antônio. Tragédia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 mai. 2014, Opinião, p. A2. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/antoniodelfim/2014/05/1457524-tragedia.shtml>. Acesso em: 21 mai. 2014

FREIRE, Vinicius Torres. O triângulo amoroso do tripé. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 out. 2013, Mercado, p. B6. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/134126-o-triangulo-amoroso-do-tripe.shtml>. Acesso em: 30 out. 2013

GIANNETTI, Eduardo. Trabalho alienado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jul. 2014, Opinião, p. A2. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/eduardog>

ianetti/2014/07/1490918-trabalho-alienado.shtml. Acesso em: 30 jul. 2014.

LUCENA, Heleonora. Governo perde batalha para mercado financeiro, e país está em camisa de 11 varas, diz Belluzzo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2013, Mercado, p. A17. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/12/1391113-governo-perde-batalha-para-mercado-financeiro-e-pais-esta-em-camisa-de-11-varas-diz-belluzzo.shtml> Acesso em: 10 fev. 2014

LUCENA, Eleonora de. 'Tripê' deve ser abandonado para retomar o crescimento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 dez. 2013, Mercado, p. B2. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/12/1391113-governo-perde-batalha-para-mercado-financeiro-e-pais-esta-em-camisa-de-11-varas-diz-belluzzo.shtml> Acesso em: 11 fev. 14

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Terceiro Manuscrito, Dinheiro. **Arquivo Marxista na Internet**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap06.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014

METRI, Maurício. **A Dívida Pública nos Governos Cardoso, Lula e Dilma: uma análise comparativa**. 16 out. 2014. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/mauricio-metri-o-bolsa-familia-de-fhc-que-poucos-souberam-que-existiu.html>. Acesso em: 30 out. 2014

_____. Persistentes desequilíbrios macroeconômicos são para quem pode. **Folha de S. Paulo - UOL**, São Paulo, 23 out. 2004, Mercado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2310200435.htm>. Acesso em: 30 out. 2014

MITERHOF, Marcelo. Ajuste fiscal permanente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 de maio de 2014, Mercado 1, p. B5. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelo-miterhof/2014/05/1451053-ajuste-fiscal-permanente.shtml>. Acesso em 12 mai. 2014

_____. Um país dividido. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 out. 2014, Mercado, p. B7. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelo-miterhof/2014/10/1540540-um-pais-dividido.shtml>. Acesso em 30 out. 2014

_____. A vingança do rentismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º mai. 2014, Mercado, p. B13. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelo-miterhof/2014/05/1448042-a-vinganca-do-rentismo.shtml>. Acesso em 12 mai. 2014

NÓBREGA, Mailson. A nova matriz econômica fracassou. **Veja**, 16 abr. 2014, p. 26.

PATU, Gustavo. Despesa com dívida pública tende a crescer. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º set. 2013, Mercado, p. B7. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/09/1335207-despesa-com-divida-publica-tende-a-crescer.shtml> Acesso em 30 set. 2013

PESSÔA, Samuel. Erros e acertos do fenômeno "O Capital no Século 21". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 jun. 2014, Ilustríssima, p. 4. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/06/1466263-erros-e-acertos-do-phenomeno-o-capital-no-seculo-21.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2014

RODRIGUES, Fernando. Não é hora de protesto contra a Copa, diz Luciana Genro, candidata do PSOL. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 jun. 2014, Poder, p. A7. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/poderepolitica/2014/06/1474887-entrevista-luciana-genro-psol.shtml> Acesso em 24 jun. 2014

ROSSI, Clóvis. Mercados não votam. Que bom. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 de julho de 2014, Mundo, p. A16. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/2014/07/1492620-mercados-nao-votam-que-bom.shtml> Acesso em 8 ago. 14

_____. Viva a pátria (financeira). **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 mai. 2009, s/p. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1505200903.htm> Acesso em: 23 out 2014

TALENTO, Aguirre e NALON, Tai. Dilma rebate crítica de Marina à economia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 out. 2013, Poder, p. A8. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/134170-dilma-rebate-critica-de-marina-a-economia.shtml>. Acesso em: 30 out. 2014

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América. Leis e costumes**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Recebido em 2014-12-05-
Publicado em 2014-12-10